

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: UM PERCURSO DE LEITURA

Almamo Bicosse Nampam-na¹
Gledson Ribeiro de Oliveira²

RESUMO:

Este artigo pretende analisar o conceito de desenvolvimento, destacando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre sua construção e as diferentes leituras que dele se fazem. Trata-se de um conceito amplamente utilizado em diversos campos de estudo, como a economia, a sociologia, a política e os estudos ambientais. No entanto, sua definição não é homogênea, variando conforme os contextos históricos, teóricos e ideológicos em que é empregado. A partir do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento era frequentemente entendido como sinônimo de crescimento econômico, estando diretamente associado à industrialização. Nesse contexto, o aumento da produção de bens e serviços era visto como motor da economia e gerador de empregos. O estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica, documental e de sites da internet, reunindo contribuições de diversos autores clássicos e contemporâneos. Além disso, exploram-se as tensões existentes entre desenvolvimento, justiça social, subdesenvolvimento, liberdade e sustentabilidade. Dessa forma, o artigo busca compreender como o conceito de desenvolvimento evoluiu ao longo do tempo e identificar os desafios que ainda persistem na construção de modelos mais inclusivos e sustentáveis.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento; Crescimento econômico; Sustentabilidade; Justiça social.

SUMMARY:

This article aims to analyze the concept of development, highlighting the need to deepen the understanding of its construction and the different interpretations associated with it. It is a widely used concept in various fields of study, such as economics, sociology, politics, and environmental studies. However, its definition is not homogeneous, varying according to the historical, theoretical, and ideological contexts in which it is employed. From the nineteenth century and early twentieth century onward, development was often understood as a synonym for economic growth, directly associated with industrialization. In this context, the increase in the production of goods and services was seen as the driving force of the economy and a generator of jobs. The study adopts a qualitative approach based on bibliographic, documentary, and online sources, gathering contributions from various classical and contemporary authors. In addition, it explores the existing tensions between development, social justice, underdevelopment, freedom, and sustainability. Thus, the article seeks to understand how the concept of development has evolved over time and to identify the challenges that still persist in constructing more inclusive and sustainable models.

Keywords: Development; Economic growth; Sustainability; Social justice.

¹ Licenciando em sociologia, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: almamo@aluno.unilab.edu.br

² Orientador. Gledson Ribeiro de Oliveira Professor de sociologia do Instituto de Humanidades. E-mail: gledson@unilab.edu.br

1.INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento é amplamente utilizado em diversos campos do conhecimento, principalmente na economia, sociologia, política e estudos ambientais. Contudo, sua definição não é homogênea, pois varia de acordo com os contextos históricos, teóricos e ideológicos em que é empregado. Desde as formulações iniciais do pensamento econômico clássico até as abordagens contemporâneas da sustentabilidade e do desenvolvimento humano, diferentes concepções foram surgindo, refletindo as transformações sociais e os desafios globais.

Conforme Diallo (2019, p. 126), “o desenvolvimento, no seu sentido pleno, não diz somente respeito à economia, ele constitui um fenômeno global, pois envolve áreas variadas tais como o cultural, o social, o político, o econômico, o técnico, os direitos e liberdades individuais e coletivos”. Assim, o desenvolvimento se estende ao bem-estar da população, considerando planos como o intelectual, cultural, social, político, econômico e material. Para Oliveira (2002, p. 40), “o conceito de desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Dessa forma, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de crescimento econômico aliado ao aumento da produção de renda, com o objetivo de atender às diversas necessidades humanas, como saúde, educação, moradia, alimentação, transporte, lazer, entre outras. A produção de riquezas, a modernização tecnológica e o modelo de produção e consumo devem estar a serviço da melhoria das condições de vida da maioria da população. Segundo Roney (2022, p. 4), “desenvolvimento é uma totalidade. É um processo cultural integrado que inclui valores como o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar”.

Este estudo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica, documental e em fontes digitais, envolvendo autores clássicos e contemporâneos que contribuíram para a formulação do conceito de desenvolvimento. Assim, pretende-se traçar um percurso de leitura que explore as principais abordagens teóricas e os desafios atuais que cercam sua definição e aplicação. Nesse processo, serão consideradas as contribuições de diferentes autores, com destaque para as tensões entre desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade.

A relevância deste trabalho justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre esse conceito fundamental. Através da revisão de literatura, busca-se

compreender como o desenvolvimento evoluiu ao longo do tempo e quais são os desafios para a construção de modelos mais inclusivos e sustentáveis. Estudos empíricos de caso serão incluídos para ilustrar ideias centrais sobre o tema. Espera-se, assim, contribuir com uma reflexão crítica sobre as múltiplas dimensões do desenvolvimento — social, sustentável e econômico — evidenciando a necessidade de abordagens interdisciplinares que vão além dos indicadores econômicos, abrangendo também os aspectos sociais, culturais e ambientais.

Diante disso, pergunta-se: como o conceito de desenvolvimento tem evoluído ao longo do tempo e quais os principais desafios para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos, sustentáveis e socialmente justos?

2. DESENVOLVIMENTO ENQUANTO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento econômico depende das características de cada país ou região. Porém, isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. No século XIX e início do século XX, o conceito era entendido como um sinônimo de crescimento econômico. Economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, mostraram que o progresso das nações dependia da acumulação de capital e do desenvolvimento tecnológico para aumento da produtividade. Enquanto Karl Marx criticava contra a visão dos economistas clássicos, afirmava que o progresso das nações não podia ser separado das relações de exploração entre duas classes sociais. O desenvolvimento tecnológico e a acumulação de capital sempre beneficiavam sobretudo a burguesia proprietária de material, aumentando a desigualdade social.

No pós-Segunda Guerra Mundial essa visão de produtividade foi reforçada pelos modelos de desenvolvimento baseados na industrialização, como proposto por W. W. Rostow em sua teoria das etapas do crescimento econômico (1974). Ainda mais, o desenvolvimento está justamente relacionado à industrialização, pois o aumento da produção de bens e serviços estimula a economia e gera mais empregos para as pessoas. Com isso, há um aumento significativo no consumo, permitindo que as pessoas tenham mais acesso a produtos e serviços primordiais, tais como saúde, moradia e educação.

Nesse sentido, o processo de industrialização poderá impulsionar a inovação tecnológica e a modernização da infraestrutura. Por isso, é crucial que o crescimento econômico ocorra de forma sustentável, assegurando equilíbrio social e ambiental. Conforme Silva *et al.* (2018, p. 3), argumentaram que a noção de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso intensivo de

tecnologia foi, durante muito tempo, concebida como o único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da humanidade.”

Para Celso Furtado (1974), na sua obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico” faz uma análise crítica das teorias do desenvolvimento econômico que dizem que todos podem trilhar o mesmo processo de crescimento que os países mais industrializados, afirmando que a ideia constitui um ‘mito’ acaba de ignorar as realidades históricas e estruturais de diferentes regiões, especialmente dos chamados países subdesenvolvidos. Também assinala que o conceito não pode ser visto apenas como sinônimo de crescimento econômico.

O desenvolvimento não é um processo natural e linear, mas profundamente condicionado pelas estruturas de poder econômico global que mantêm as nações periféricas dependentes. Envolve profundas mudanças sociais que incluem transformações nas estruturas de poder, assim como na distribuição de renda e na maneira como os recursos são controlados e utilizados. Enquanto, Pereira (2010, p. 25), “o desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico que aumenta os salários e os padrões de vida.”

Para que haja desenvolvimento é necessário que o crescimento econômico, isto é, a quantidade de produtos e serviços produzidos em um determinado período por um país, mensurado pelo tradicional Produto Interno Bruto (PIB), esteja acompanhado de melhorias na vida das pessoas. Muitos pesquisadores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de riqueza como condição para se alcançar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como a riqueza é distribuída. Para Pereira (2011, p. 2), “o desenvolvimento econômico é um processo histórico de crescimento da produtividade e dos padrões de vida da população causado pela sistemática utilização do excedente econômico na acumulação de capital e no progresso técnico”. Essa abordagem também é compartilhada por Diallo (2019, p. 125):

Mas crescimento econômico e desenvolvimento não coincidem necessariamente. Fala-se em crescimento econômico quando há um aumento, num longo período, do produto nacional bruto real per capita. O crescimento aparece como uma noção quantitativa, pois ele se mede em termos de produto nacional bruto. Ele se distingue então do desenvolvimento, o qual é uma noção qualitativa, mesmo sendo dois fenômenos intimamente ligados.

De acordo com Diallo (2019, p. (2019), o caráter qualitativo do desenvolvimento significa realmente uma melhora qualitativa do nível e das condições de vida da maioria das

pessoas, pelo menos, da população nas áreas da alimentação, da habitação, dos transportes, das comunicações, da saúde, da educação, do lazer, das liberdades e do emprego. Para Milone (*apud*, Oliveira, 2002), deve-se observar ao longo do tempo se o aumento do PIB foi seguido pela redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade social e melhoria dos níveis de saúde das pessoas, nutrição, moradia, educação e transporte.

Na perspectiva de Freitas et al. (2016, p92), “o desenvolvimento é um processo com o qual a humanidade convive há muito tempo, ou pelo menos desde a Revolução Industrial. Um exercício reflexivo válido consiste em aventar outras possibilidades, explorar modos distintos de conceber a mudança social e o desenvolvimento.” Diante disso, o desenvolvimento é um processo com o qual a humanidade convive há muito tempo, ou pelo menos desde a Revolução Industrial. Um exercício reflexivo válido consiste em aventar outras possibilidades, explorar modos distintos de conceber a mudança social e o desenvolvimento.

Como afirma Veiga (2016, p. 86), “o relatório de 2004 enfatiza que o desenvolvimento depende da maneira como os recursos gerados pelo crescimento econômico são utilizados se para fabricar armas ou para produzir alimentos, se para construir palácios ou para fornecer água potável.” O crescimento econômico não só garante desenvolvimento. A ênfase exclusiva no crescimento oculta as desigualdades internas e a dependência externa. Associar desenvolvimento ao PIB ignora os aspectos sociais, culturais e ambientais do desenvolvimento.

Desenvolvimento deve incluir qualidade de vida, acesso a serviços básicos e sustentabilidade o modelo baseado no crescimento sem desenvolvimento amplia o fosso da desigualdade social e econômica. No entanto, o desenvolvimento depende como será utilizado os recursos gerados pelo crescimento econômico para benefício de todas pessoas. Quando uma pequena parte da população tem acesso a bens e serviços comparáveis aos do centro, neste contexto, a maioria da população ainda permanece excluída.

A verdadeira estratégia para alcançar o mais rápido possível o desenvolvimento deve romper com a lógica da dependência (econômica e tecnológica) e promover mudanças sociais e estruturais internas visando sustentabilidade e inclusão social. “O desenvolvimento econômico sempre envolve uma estratégia nacional de desenvolvimento ou, como Celso Furtado costumava dizer, a transferência do centro de decisão para dentro do país.” (Pereira, 2010, p.26). Desse modo, o crescimento econômico, produção de riqueza, não vem necessariamente acompanhado com o desenvolvimento, ou seja, não é o aumento da qualidade de vida da população, pois isso está associado à desigualdade social. No entanto,

não adianta aumentar a produção de riqueza, modernizar tecnologicamente a sua sociedade se a riqueza continua concentrada na mão de poucas pessoas, enquanto a grande maioria das pessoas fica com pouco.

3.DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

O conceito de subdesenvolvimento é uma construção que sempre impõe uma hierarquia entre diferentes nações, medindo seu progresso com base em padrões ocidentais de crescimento econômico e industrialização. Essa visão deixa as diversidades culturais, sociais e históricas de cada sociedade, reduzindo o desenvolvimento a um modelo único no sentido universal. Pois legitima a dependência dos países mais periféricos em relação às potências econômicas, reforçando assim as desigualdades globais. Nesta perspectiva, é imprescindível questionar essa perspectiva e considerar mudanças que valorizem as diversas formas de bem-estar e organização social.

Em seguida, o sociólogo marxista André Gunder Frank (1968), um dos criadores da Teoria da Dependência, critica a ideia de desenvolvimento linear que sugere que os países subdesenvolvidos podem seguir o mesmo processo dos países desenvolvidos. Tal visão despreza a realidade de que o desenvolvimento dos países centrais ocorreu às custas da exploração dos países periféricos. Subdesenvolvimento não é uma fase anterior ao desenvolvimento, mas produto do próprio sistema capitalista global que sempre mantém os países periféricos em posição subordinada.

Não se trata de uma fase inicial do processo de desenvolvimento, mas sim é o resultado de um processo do tempo histórico de exploração colonial e dominação por parte dos países desenvolvidos. Daí criticar as teorias do desenvolvimento linear que sugerem que os países subdesenvolvidos podem seguir o mesmo processo dos países desenvolvidos para alcançar a mesma evolução. Tal visão despreza a realidade de que o desenvolvimento dos países centrais ocorreu às custas da exploração dos países periféricos.

Apesar disso, o subdesenvolvimento é criado de forma ativa pelo desenvolvimento do capitalismo mundial, que vinculou as economias periféricas (ou subdesenvolvidas) às economias centrais (ou desenvolvidas) de uma maneira desigual. A “investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é na maioria o produto histórico de relações econômicas passadas e, atualmente, que o país satélite subdesenvolvido manteve relações com os países metropolitanos hoje desenvolvidos” (Frank, 1968, p. 2). Mediante práticas como os colonialismos, a exploração dos recursos naturais dos colonizados e a imposição de relações comerciais desiguais (Teoria das vantagens comparativas, de David

Ricardo), as economias periféricas foram sistematicamente obrigadas e impedidas de se desenvolverem de forma soberana.

As relações capitalistas se configuravam como uma série de relações centro-periferia ou periferia metrópole, em que, ao nível de economia dos países da América Latina, África e Ásia estavam numa relação subordinada no comércio mundial, na divisão internacional do trabalho, na divisão científico-técnica internacional do trabalho. A condição de países subdesenvolvidos não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas (pré-modernas) ou à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente geral da história.

É produto do sistema capitalista de forma global e não uma condição anterior ao desenvolvimento. Por isso o que há é o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para o sociólogo alemão “o desenvolvimento é, na melhor das hipóteses, um desenvolvimento limitado ou subdesenvolvimento” (Frank, 1968, p. 4).

Em perspectiva teórica nacional-dependente, Celso Furtado entende que o subdesenvolvimento se caracteriza como:

(...) um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização (FURTADO, 2000, p. 8).

Desta forma, Furtado quer mostrar que o subdesenvolvimento decorre do desequilíbrio entre a adoção de inovações tecnológicas no consumo e nos métodos produtivos. Sendo assim, nos países periféricos, há uma rápida modernização dos padrões de consumo, em contrapartida, a modernização da produção permanece atrasado. Esse descompasso gera mais dependência econômica e impede um crescimento equilibrado.

Desta maneira, o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como um processo estrutural resultante da dependência econômica e da exploração histórica. Após a industrialização periférica não elimina essa condição, pois ela reforça a desigualdade e a concentração de renda. Assim, para superar o subdesenvolvimento, é necessário transformar as estruturas produtivas e sociais, reduzindo a dependência externa e favorecendo uma autonomia econômica.

O desenvolvimento econômico a partir das personalidades do Brasil, como foi analisado por Furtado, destacando seu vínculo com o sistema capitalista. Para ele, o desenvolvimento sempre ocorre quando a incorporação de novas técnicas eleva a produtividade e melhora o bem-estar social das pessoas. Do mesmo modo, esse processo deve proporcionar maior homogeneização social, reduzindo desigualdades sociais. Segundo Ribeiro (2010, p.32), afirma que o Celso Furtado, “ao longo de sua carreira como economista e pensador da história brasileira, procurou identificar, olhando para as características de seu país, os fundamentos do desenvolvimento econômico e refletir sobre a sua ocorrência no sistema de produção capitalista”.

As teorias sobre o desenvolvimento econômico, para Celso Furtado, são “esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social” (Furtado, 1992, p. 39). Para (Furtado 1974 *apud* Ribeiro 2010, p. 35), “o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, essencialmente, atravessado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Desta maneira, podemos dizer que o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas, constituindo, antes, na realidade de uma “deformação.” (Ribeiro 2010).

Pelo contrário, a noção de subdesenvolvimento na perspectiva de Furtado advém de situações em que “aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população” (Furtado, 1992, p. 39-40). Segundo Ribeiro (2010, p. 40), na visão de Furtado “a busca pela superação do atraso econômico e a promoção do desenvolvimento, parte, a princípio, da concepção de que o subdesenvolvimento é uma conformação estrutural produzida pela forma como se difundiu o progresso tecnológico no plano internacional”. Sendo que a sua superação, porém, “não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais” (Furtado, 1992, p. 74-75). Por outro lado, Ribeiro afirma que:

O subdesenvolvimento é o resultado de uma conexão, surgida em certas condições históricas, entre um processo interno concentrador e um processo externo de dependência, onde se instalava uma parte dos sistemas industriais dos países do centro da economia mundial, detentores de um alto grau de acumulação de capital. (RIBEIRO, 2010, p. 35)

Assim sendo, a história do subdesenvolvimento consiste, principalmente, no “desdobramento do modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (FURTADO, 1972, p. 12). Ainda assim, a ideia de que os países subdesenvolvidos são países novos, que ainda vão chegar à etapa de desenvolvimento dos países ricos, isso é um erro, é um absurdo. Por quê? A história dos países desenvolvidos está diretamente ligada à história dos países subdesenvolvidos.

Neste caso, a grande parte dos países desenvolvidos foram metrópoles, exploraram os países subdesenvolvidos enquanto colônias e até hoje há uma relação desigual entre esses países, onde os países ricos controlam toda a tecnologia utilizada na maioria dos países subdesenvolvidos, estabelecendo uma relação de dependência onde os países subdesenvolvidos só produzem com a autorização de empresas dos países considerados desenvolvidos.

O desenvolvimento dos países desenvolvidos está diretamente relacionado ao subdesenvolvimento, à pobreza dos países subdesenvolvidos e dos países pobres devido a uma relação de dependência e exploração que há entre esses países. Por fim, é um absurdo ambiental, é um absurdo ecológico a gente achar que é possível que todos os países do planeta adotem o modelo de produção e consumo dos países considerados desenvolvidos, ou seja, considerados mais ricos.

4.COLONIALISMO COMO SISTEMA DE SUBDESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

O conceito de desenvolvimento, para Walter Rodney (2022), está ligado à capacidade de uma sociedade de acrescentar sua habilidade de lidar com seu ambiente, transformando-o em benefício da coletividade para o bem-estar de todas as populações na sociedade. Ou seja, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo que implica mais melhoria nas condições de vida da maior parte das pessoas, baseado no aumento das forças produtivas e na apropriação coletiva dos frutos desse avanço.

Ainda mais, o desenvolvimento não se trata somente de um crescimento econômico, mas de progresso social, político e cultural para o bem-estar da população. Segundo Santos (2024, p. 264), “o termo desenvolvimento está quase sempre atrelado a um sentido econômico, conforme autor “o tipo de economia reflete um indicador de outros aspectos sociais”. Em seguida, afirmou que uma sociedade se desenvolve economicamente à medida que “seus membros aumentam, em conjunto, sua capacidade de lidar com o meio ambiente,

e isso depende do conhecimento das leis da natureza (ciência) e de sua aplicação por meio de ferramentas (tecnologia), bem como o trabalho é organizado” (RODNEY, 2002, p. 32).

Neste contexto, antes da chegada dos europeus no continente africano, as comunidades africanas já apresentavam suas próprias formas de organização econômica, social e política, com sistemas de produção agrícola, comércio regional e instituições locais que permitiam certo grau de autonomia e desenvolvimento do continente. Consoante, Rodney (2022) afirma que, apesar de não se tratarem de sociedades capitalistas, ou seja, industrializadas, essas comunidades estavam em processos internos de mudança, o que sempre desmente a ideia de que a África era um continente muito “atrasado”, ou seja, um continente “sem história”.

Para Santos (2024, p. 265), afirmou que Rodney tinha mostrado que a África se progrediu “antes da chegada dos europeus, até o século XV, mostrando a especificidade do desenvolvimento da cultura africana e para isso fez uma densa descrição dos países africanos como Egito, Etiópia, Núbia, Magrebe, Sudão Ocidental, Zona dos grandes Lagos e Zimbábue”. Além disso, segundo Santos, na perspectiva de Rodney, diz que:

Apresenta a contribuição da África no desenvolvimento capitalista da Europa, no período pré-colonial relatando como a Europa dominou o sistema de comércio mundial, para isso explica a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento na perspectiva de que “não são apenas termos de uma comparação, que eles mantêm uma relação dialética entre si: isso significa que por meio da inter-relação, ambos ajudam a produzir um ao outro” esclarecendo com consistência como a Europa enriquecia no comércio que tinha com a África, ou seja, nesse processo era garantido a transferência de sua riqueza para os europeus, assim a exploração do continente africano assegurou ao “capital monopolista europeu a oportunidade de se entregar plenamente a suas tendências de expansão e dominação” (RODNEY, 2002, p. 101 e 215).

Desta forma, à chegada dos colonizadores, o continente africano foi inserido de uma forma forçada em um sistema capitalista internacional de forma subordinada. Pois o colonialismo, conforme Rodney (2022), foi um sistema que bloqueou fortemente as possibilidades de desenvolvimento autônomo da África e proporcionou, ao contrário, o subdesenvolvimento. No entanto, isso quer mostrar que o colonialismo não apenas dificultou o desenvolvimento da África, mas ativamente criou condições de dependência, extração de riquezas e destruição de estruturas locais.

Portanto, é necessário perceber que o subdesenvolvimento, nesta perspectiva, não é ausência de desenvolvimento, mas o produto direto de um processo histórico de dominação e exploração. Para Rodney (2022), a Exploração Econômica Africana foi marcada por uma intenção de escravidão, exploração econômica descontrolada. A extração desses recursos

naturais se baseia em exportação de matérias-primas, como ouro, diamantes e outros minerais, que ajudaram exclusivamente as metrópoles de desenvolvimento europeias. A África foi deixada sem a infraestrutura necessária para desenvolver o seu continente e uma economia independente e sustentável. Para Diallo (2019, P.127), “no mesmo sentido, é imperativo que a comunidade internacional mude seu comportamento, deixando de dar ao continente um destino sinônimo de exploração e de não desenvolvimento”.

Evidente que o colonialismo foi um sistema organizado que deliberadamente criou as condições para o subdesenvolvimento da África, enquanto enriquecia as potências coloniais europeias. Para Rodney (2022), aponta que as economias africanas, ela é diversa e, em muitos casos, autossustentáveis, foram desarrumadas para os europeus. Pois os colonizadores impuseram economias de plantação e extração de recursos, que eram adequadas para atender às necessidades das economias dos países europeus. Bem como, os recursos naturais do continente africano foram extraídos em massa, sem consideração pelo desenvolvimento da África. Além disso, o processo criou uma dependência econômica que persistiu após a independência. Assim, os colonialismos criaram uns obstáculos estruturais impenetráveis ao progresso econômico e tanto, político quanto social do continente.

Nesse contexto, falando sobre o “crescimento sem desenvolvimento” Rodney usou o termo para se referir ao fato de que, durante o colonialismo no continente africano, certos indicadores econômicos, como produção de matérias-primas ou construção de altas infraestrutura de qualidades, o continente podia até evoluir. Porém, esse processo de crescimento não significava que o desenvolvimento era real para a população africana, já que todos os benefícios e lucros eram voltados para metrópoles europeias, e não revertiam em melhoria das condições de vida dos povos africanos.

Desta forma, Rodney (2022), afirma que os europeus desmantelaram as estruturas sociais e econômicas africanas, o que mostra as práticas agrícolas, os sistemas de comércio local e as organizações políticas foram alteradas e destruídas, forçando as sociedades africanas a se adaptarem a um sistema europeus que pretende favorecer os interesses e as bem coloniais. Diante disso, esse processo contribuiu de forma profunda para o enfraquecimento das economias locais e para a dependência da África em relação ao continente, o que leva sempre ao subdesenvolvimento da África. Nesse sentido, “os governos africanos precisarão de políticas muito mais sólidas para alcançar a aspiração da Agenda 2063 de “uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável”. (AFRICAN UNION COMMISSION, 2018, p.232).

Em seguida, Rodney (2022) diz que o comércio escravista europeu foi o maior impacto de subdesenvolvimento para a África na totalidade, sendo que isso não concluiria que um distrito africano sem o comércio com os europeus estivesse inteiramente livre de qualquer influência. Todavia, o subdesenvolvimento é simplesmente a ausência de desenvolvimento. Sobretudo, o desenvolvimento da Europa e o subdesenvolvimento da África foram de dois lados da mesma moeda com objetivos diferentes, no qual é um processo relacionado onde o progresso de um estava fortemente centrado na exploração e no enfraquecimento do outro para os seus benefícios.

Acima disso, aspectos de subdesenvolvimento africano são o capitalismo, os estudiosos burgueses dominam a cena, o que leva a moldar as opiniões em toda parte do mundo. Enquanto para Santos (2024, p.264) “a Europa se desenvolvia e enriquecia, por meio, inicialmente, do comércio de pessoas escravizadas da África e da rapina de seus recursos naturais, o continente africano ia experienciando o subdesenvolvimento, pois foi apresentando um vazio demográfico”.

O subdesenvolvimento da África não é um estado natural ou uma consequência da ineficiência dos africanos, mas sim é o resultado direto da exploração colonial para os africanos. Portanto, a colonização destruiu fortemente as bases para o desenvolvimento autônomo e sustentável da África, deixando uma marca de desigualdade e dependência que ainda persiste. Na base disso, é de salientar que o desenvolvimento é a possibilidade de determinado lugar crescer de forma autônoma e, por sua vez, a sua economia pode gerar a seção social.

Com certeza, o subdesenvolvimento se refere à retirada da possibilidade de desenvolvimento, no entanto, isso acontece quando os recursos naturais de um certo lugar, não são utilizados para o benefício da própria localidade e para o bem da comunidade. Nesta perspectiva, com a invasão dos europeus no continente africano, traz um impacto muito negativo na exploração dos recursos da África para o benefício da Europa, por isso, a Europa contribui no subdesenvolvimento da África.

Desse modo, Rodney (2022) argumenta que os colonialismos não apenas subdesenvolvida a África durante o período colonial, mas deixaram uma herança de dependência econômica e política. Depois da independência, muitos dos países africanos continuaram a depender dos países coloniais para apoio econômico, tecnológico e militar, perpetuando o subdesenvolvimento. Na vista disso, o desenvolvimento econômico da Europa e o subdesenvolvimento da África, o crescimento europeu foi, a maioria, fornecido

pela exploração e conquista da África. Pois alguns economistas vêm reconhecendo na África colonial e pós-colonial um sistema chamado de “crescimento sem desenvolvimento”.

Diante disso, essa expressão “crescimento sem desenvolvimento” mostra que a desconexão entre o aumento dos indicadores econômicos africanos e a falta de progresso real no sentido de melhorar as condições de vida dos povos africanos. O colonialismo foi um sistema que sistematicamente arrebatou a África de seus recursos, forçando os seus povos e deixando um legado permanente de subdesenvolvimento que ainda acaba de impactar o continente.

Em síntese, para compreender mais sobre a África contemporânea, é necessário entender o colonialismo como um sistema estruturado de bloqueio ao desenvolvimento autônomo da África, que gerou sempre o subdesenvolvimento para o continente como parte do próprio funcionamento do sistema capitalista global.

5.DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E A EXPANSÃO DAS CAPACIDADES HUMANAS

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram diferentes críticas à visão economicista do desenvolvimento, destacando suas limitações em abordar questões como as desigualdades sociais e os problemas ambientais. Com base nessas críticas, o economista indiano Amartya Sen introduziu o conceito de desenvolvimento como liberdade, defendendo que o verdadeiro desenvolvimento deve ampliar as capacidades humanas e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Segundo economista e filósofo indiano Amartya Sen, (2018), o desenvolvimento vai além do simples crescimento econômico. Ou seja, deve ser compreendido como um processo de aumento das liberdades individuais, pois são essas liberdades que permitem que as pessoas vivam com dignidade e autonomia. Dessa forma, o foco principal do desenvolvimento está nas condições que proporcionam escolhas reais na sociedade.

Dentro dessa concepção, Sen desenvolve a abordagem das capacitações, entendendo o desenvolvimento como a expansão das liberdades. Na base disso, “a expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agentes”. (Sen, 2018, p. 1). Nesse sentido, argumenta-se que a eliminação das privações substanciais de liberdade é eficaz no processo de desenvolvimento.

Contudo, para se compreender de forma mais plena a relação entre desenvolvimento e liberdade, é necessário ir além de um reconhecimento básico, ainda que essencial. Sen (2018, p. 2) reforça essa ideia ao afirmar que “a importância intrínseca da liberdade humana, em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos”. Para Veiga, na concepção de Sen e de Mahbud, afirma que:

só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência deste quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas. E muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis. (Veiga, 2016, p. 85).

De acordo com Silva et al. (2018, p. 10), a perspectiva do desenvolvimento como liberdade parte da constatação de que, embora o mundo contemporâneo tenha alcançado um alto grau de opulência, ainda enfrenta antigos problemas, como a pobreza persistente, a fome e a violação das liberdades políticas. Entretanto, quando a capacidade das pessoas é ampliada, elas podem fazer o que desejam e ser o que desejam ser, contando com segurança, educação e saúde de qualidade. Nesse contexto, a pobreza não é apenas a falta de renda, mas sim a privação de capacidades. Para conquistá-las, é necessário reduzir a pobreza, combater a fome, eliminar o analfabetismo, além de garantir moradia, segurança, saúde e outros direitos essenciais para o bem-estar das pessoas (Sen, 2018).

Por isso, as liberdades não devem ser vistas apenas como o fim do desenvolvimento, mas também como seus meios. O desenvolvimento deve ser avaliado, portanto, a partir do aumento das capacidades das pessoas para viverem vidas que tenham razões para valorizar, o que inclui liberdade política, proteção social, oportunidades econômicas e segurança. Na verdade, na perspectiva de Veiga (2016, p. 85), “o objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. Pois o processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas”. Sendo assim, as pessoas são principais beneficiárias desse desenvolvimento, como pessoas do progresso e da mudança que provocam.

De acordo, Sen afirma que “se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida.” (Sen, 2018, p. 3). De acordo com Silva *et al.* (2018, p. 10), disseram que:

De acordo com Sen, somente há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Para o autor, existem quatro capacidades humanas consideradas elementares: a) ter uma vida longa e saudável; b) ser instruído; c) ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e; d) ser capaz de participar da vida em comunidade. Na ausência dessas quatro capacidades, todas as outras estão indisponíveis, tornando inacessíveis muitas oportunidades na vida das pessoas. É importante destacar a articulação estabelecida entre as capacidades elencadas pelo autor, na medida em que uma capacidade pode contribuir para a ampliação da outra. Tais capacidades podem também ser ampliadas pela política pública ao mesmo tempo em que a política pode ser influenciada pela capacidade de participação do povo. Existe, então, uma importância de as pessoas serem livres para que suas escolhas e decisões que afetarão sua vida possam ser exercidas.

Além disso, o desenvolvimento em termos de industrialização, crescimento econômico ou modernização tecnológica. O objetivo deve estar focado sempre nas liberdades individuais das pessoas e na remoção das desliberdades que impossibilitam as pessoas de realizarem seu potencial. Sendo que essas desliberdades podem trazer aumento da pobreza, a ausência de oportunidades econômicas para as pessoas, a privação social do bem e a negligência dos serviços públicos. Neste contexto, Silva (2010, p. 3), afirma-se que para Amartya Sen:

O desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social.

É evidente que o desenvolvimento deve ser visto e compreendido como um processo de aumento da liberdade substantiva dos indivíduos. No entanto, é fundamental reconhecer que os diferentes tipos de liberdades estão interconectados e podem se reforçar mutuamente. A liberdade econômica como a capacidade de participar de mercados e a liberdade política como o direito de votar e se expressar são processos interdependentes, que atuam de forma integrada. De acordo com, Veiga (2016, p.81), “o desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas”.

Dentro dessa perspectiva, a privação de liberdade em uma área pode gerar privações em outras. Por isso, o desenvolvimento real requer a confiança e a promoção simultânea de várias liberdades. Conforme afirma Silva (2010, p. 4), para economista e filósofo indiano Amartya Sen, “a liberdade de participar nas trocas econômicas tem um lugar básico na vida social.” Ele também destaca que “o desenvolvimento como liberdade proporciona uma perspectiva mais lata e mais inclusiva dos mercados do que a que é frequentemente invocada quando se defendem ou quando se vituperam os mecanismos do mercado”. Nesse contexto, a democracia, a liberdade de expressão e a participação cidadã assumem um papel protetor, como no caso da prevenção de fomes coletivas.

O problema, muitas vezes, não é a falta de alimentos em si, mas a má distribuição de alimentos e de renda, que resulta em grandes carências. Assim, as liberdades se retroalimentam, sendo este um ponto crucial no pensamento de Sen. A liberdade de participação, por exemplo, pode pressionar o governo a investir em áreas essenciais, como a educação. Para o economista Amartya Sen (2018, p. 3), “as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)”.

As liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, contam-se também entre os meios principais. As liberdades políticas (sob a forma de livre expressão e eleições) ajudam a promover a segurança econômica. As oportunidades sociais (sob a forma de serviços de educação e de saúde) facilitam a participação econômica. Os dispositivos econômicos (sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção) podem ajudar a gerar tanto a riqueza pessoal como os recursos públicos destinados a serviços sociais. As liberdades de diferentes espécies podem reforçar-se umas às outras. (Silva, 2010, p. 5).

Assim, torna-se fundamental discutir a importância das capacidades de uma pessoa para fazer suas escolhas e exercer sua liberdade. Para isso, o desenvolvimento deve ser medido conforme a expansão dessas capacidades. Nesse sentido, Amartya Sen (2018) destaca o papel do mercado e do Estado no processo de desenvolvimento voltado para o bem da sociedade. Os mercados devem oferecer oportunidades econômicas e, ao mesmo tempo, o Estado deve implementar políticas públicas que garantam a todos a possibilidade de participar desses mercados de forma equitativa.

O desenvolvimento, portanto, deve ser compreendido como um processo de eliminação das desliberdades que limitam as pessoas, permitindo que tenham maior controle sobre suas vidas e possam realizar seus desejos e alcançar seu potencial em todas as esferas

da vida em sociedade. Conforme Silva et al. (2018, p. 11), “a noção de liberdade não deverá ser considerada uma condição do sujeito tomado isoladamente. Nessa acepção, liberdade não é necessariamente liberalismo econômico ou desregulamentação da vida social; pelo contrário.” Dessa forma, a expansão da liberdade é entendida como o fim primordial e, ao mesmo tempo, o principal meio do desenvolvimento.

Por isso, a liberdade assume um papel constitutivo e instrumental na construção de uma sociedade desenvolvida.

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável, e morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão (SEN, 2000, p. 52).

Dessa forma, no contexto das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, é indispensável perceber a importância da articulação entre essas políticas e a expansão das capacidades humanas. Essas políticas devem ser compreendidas como instrumentos que potencializam essas capacidades, uma vez que o papel instrumental da liberdade está diretamente relacionado à ideia de que ela é um meio para a construção do desenvolvimento (SILVA; NELSON; SILVA, 2018).

Nesse sentido, considerar o desenvolvimento como a expansão das liberdades substantivas orienta a ação não apenas para os meios, mas principalmente para os fins que tornam o desenvolvimento algo verdadeiramente importante. Como afirma Silva (2010, p. 3), “considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenham papéis de relevo”.

Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal motor do desenvolvimento, então a análise das políticas públicas deve buscar os encadeamentos empíricos que tornem esse ponto de vista coerente e convincente. É necessário demonstrar, com base em evidências, como a liberdade pode guiar e estruturar todo o processo de desenvolvimento (Sen, 2018). Nesse processo, em que fins e meios estão profundamente interligados, o verdadeiro progresso é alcançado quando todos os aspectos da liberdade humana são fortalecidos. Ou seja, para Sen, ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades substantivas direciona a atenção para os fins que justificam sua

importância, e não apenas para os meios que, embora relevantes, são apenas parte do caminho.

6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque principalmente após a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” da ONU, em 1987, também conhecido como “Relatório Brundtland”. Essa abordagem evidenciou a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a justiça social e a preservação ambiental, marcando uma nova compreensão sobre os caminhos do progresso global. Esse conceito surgiu no contexto da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada na década de 1980, e foi liderada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Portanto, foi nesse cenário que se elaborou o relatório *Our Common Future*, documento que passou a influenciar excessivamente as discussões sobre sustentabilidade em escala internacional.

Segundo o economista Veiga (2015, p. 113), o desenvolvimento sustentável foi caracterizado por essa comissão como um “conceito político” e um “conceito amplo para o progresso econômico e social”. O próprio relatório “Nosso Futuro Comum” foi intencionalmente como um documento político, que procurava alianças com vistas à viabilização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a Rio-92”. Nesse sentido, percebe-se que o desenvolvimento sustentável não é apenas uma proposta técnica, mas, sim, um compromisso político e ético, que abrange as dimensões econômicas, sociais e tanto como ambientais em busca de um futuro mais justo e equilibrado para futuras gerações.

Para um economista brasileiro conhecido por suas grandes contribuições nas áreas de economia agrícola, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, “o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento nos anos 1970. Foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero” (Romeiro, 2012, p. 68). Outro economista brasileiro Gilson Batista de Oliveira afirma que “a ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura” (Oliveira, 2002, p. 42).

Desde os anos 1970, Celso Furtado (1974) já alertava para os limites do crescimento e considerava o desenvolvimento um mito. Segundo ele, o mito é uma narrativa ou crença que simplifica a realidade com o propósito de desviar a atenção das verdadeiras causas dos

problemas estruturais de uma sociedade. Assim, é um mito acreditar que os países da periferia global, como os da América Latina e da África, podem simplesmente imitar o padrão de consumo e o estilo de vida dos países mais ricos. O próprio sistema de funcionamento do capitalismo impede essa generalização, uma vez que os recursos disponíveis e a estrutura social e econômica não permitem que todos os países adotem a mesma qualidade de consumo.

Além disso, essa expansão estimula as desigualdades social e acirra as tensões entre centro e periferia, além de ser ambientalmente insustentável. Furtado já alertava para esses perigos, com base no relatório *Limites do Crescimento*, encomendado pelo Clube de Roma ao MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), em 1972. Para ele, estender globalmente os padrões de consumo dos países centrais dentro do sistema capitalista seria inaceitável diante da crise socioambiental e das mudanças climáticas.

Assim, nas palavras de Furtado: “o custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de o generalizar levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana” (Furtado, 1974, p. 77). O desenvolvimento sustentável reconhece que o progresso não pode ocorrer à custa do esgotamento dos recursos naturais nem do aumento das desigualdades sociais. Nesse contexto, tanto as políticas públicas quanto as estratégias empresariais passaram a incorporar o princípio da sustentabilidade, promovendo um modelo de desenvolvimento mais abrangente e responsável.

De acordo com Silva et al. (2018, p. 6), “a noção de desenvolvimento sustentável emerge com a compreensão/percepção da finitude dos recursos naturais e da inviabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países”. Esse modelo tradicional baseava-se em pressupostos como a industrialização, o crescimento econômico e o avanço da ciência. Desse modo, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um modelo de crescimento econômico que busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades.

Para Estender e Pitta (2008), o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação social, no qual a exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento econômico e tecnológico e as mudanças institucionais devem se harmonizar e reforçar o potencial presente e futuro, a fim de atender todas as necessidades e aspirações humanas para o bem das pessoas. Ainda segundo Estender et al. (2008, p. 26), “o desenvolvimento sustentável deve focar principalmente as futuras

gerações, pois é de acordo como essa geração satisfaz suas necessidades que está acarretando problemas sociais, ambientais e econômicos para as futuras gerações”.

Na perspectiva de Regina Scharf, conhecida jornalista e autora brasileira especializada em temas relacionados à sustentabilidade e ao meio ambiente, o propósito do desenvolvimento sustentável está ligado à preservação da riqueza global. Em seu livro *Manual de Negócios Sustentáveis: Como Aliar Rentabilidade e Meio Ambiente*, publicado em 2004, ela afirma que essa riqueza global, em sua visão, se refere aos ativos financeiros, aos recursos naturais e à qualidade de vida das pessoas (Scharf, 2004).

De acordo com Estender et al. (2008, p. 23), “o plano de sustentabilidade da Agenda 21, apresentado na ECO-92, fixava três áreas de desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental”. Assim, o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado por essas três dimensões fundamentais ambiental, econômica e social, o que significa que a sustentabilidade depende do desenvolvimento simultâneo e equilibrado desses pilares.

Nesse contexto, a African Union Commission (2018, p. 230) reforça que “para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, as estratégias devem ir além da simples promoção do crescimento econômico: devem também visar o desenvolvimento social e institucional”. Pilar social: Para alguns teóricos, problemas como a desigualdade social, a educação e outros desafios semelhantes não fazem parte, de forma direta, do conceito de sustentabilidade — assim como ocorre com as questões econômica e ambiental.

No entanto, para esses autores, o que realmente importa é que, se o sistema social não estiver equalizado, ou seja, se não houver progresso social de forma integrada, tanto a questão ambiental quanto a economia não irão progredir de forma desejada (Estender, 2008). John Elkington (2001) trata esse problema por meio do conceito de *capital social*, que considera o capital humano na forma de saúde, habilidades e educação, mas que também deve abranger medidas gerais da saúde da sociedade e do seu potencial de criação de riqueza.

Pilar Ambiental: Segundo Elkington (2001, p. 81), “quando se pensa na pobreza, na escravidão e no trabalho infantil, pode-se considerar que as iniciativas sociais tenham uma história mais ampla que as iniciativas ambientais.” Além disso, como o próprio autor complementa (2001, p. 83), “as empresas precisam saber avaliar se são ambientalmente sustentáveis e, para isso, é preciso compreender primeiramente o significado da expressão capital natural.” Conforme o economista Oliveira (2002, p. 43), “a história do pensamento sobre desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à história do pensamento ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextrincável do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970.” Ou seja, o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado por meio de um conjunto de políticas bem preparadas, que visem, ao mesmo tempo, o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos, a segurança econômica, o acesso à educação e à saúde, bem como a redução dos impactos causados pelo aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente (Romeiro, 2012).

Esse conceito busca equilibrar o progresso econômico, a justiça social e a preservação ambiental, além de reconhecer a finitude dos recursos naturais e a importância de sua conservação para a continuidade da vida no planeta. Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apresenta “um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade”. Essa agenda tem como propósito fortalecer a paz geral com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio mundial para o desenvolvimento sustentável.

A proposta da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que “abrange áreas como erradicação da pobreza, educação de qualidade, igualdade de gênero, ação contra a mudança global do clima, entre outros”. Assim sendo, conforme aponta a African Union Commission (2018, p. 230), “as políticas para o desenvolvimento econômico sustentável devem ter como objetivo estimular o setor privado interno, que constitui a base para a diversificação de produtos e cabazes de exportação”.

Como afirma Romeiro (2012, p. 65), para que o desenvolvimento seja de fato sustentável, ele “deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”. Em suma, a adoção de práticas sustentáveis é essencial para garantir um futuro próspero, equilibrado e justo para as próximas gerações, integrando esforços em prol de um desenvolvimento sustentável e econômico, da equidade social e da preservação ambiental.

7.PÓS-DESENVOLVIMENTO

Neste tópico discutimos um pouco sobre Pós-desenvolvimento, que é uma crítica intensa ao modelo tradicional de desenvolvimento imposto pelo ocidente depois da Segunda Guerra Mundial, o que sempre associa progresso ao crescimento econômico e à

modernização. Esse modelo de corrente sempre desvaloriza culturas locais, ignora saberes tradicionais e provoca desigualdades sociais e degradação ambiental.

Neste caso, o pós-desenvolvimento defende que não existe uma única forma de viver bem, mas ela sempre varia de acordo com cada cultura e contexto. Isso indica uma alternativa valiosa baseada na autonomia, justiça social, sustentabilidade e valorização das comunidades locais e modos de vida diversos. Essa perspectiva questiona a ideia universal de “desenvolvimento” e apresenta múltiplos caminhos baseados em contextos específicos. Assim, pode-se entender que o pós-desenvolvimento não oferece uma fórmula única, mas sim uma abertura para pensar outros mundos acreditáveis. Conforme KOTHARI, et al. (2022), fizeram uma crítica contundente à ideia de desenvolvimento como algo universal e necessário para todas as populações.

No entanto, afirmaram que esse modelo de desenvolvimento, surgido a partir da visão ocidental e capitalista, foi imposto ao mundo após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o modelo foi baseado no crescimento econômico, na industrialização e no consumo, mas tem gerado desigualdades, destruição ambiental e perda de valores culturais diversos. Por outro lado, faz para perceber que o modelo propõe um conceito muito fundamental: o “pluriverso”, que significa reconhecer que não existe uma única forma de viver bem, mas sim muitas. (KOTHARI, et al. 2022).

Evidente que cada povo, comunidade ou cultura pode ter sua própria maneira de viver, de se organizar, de se relacionar com a natureza e de construir um futuro desejável e digno, conforme sua cultura. Sendo que o pluriverso valoriza experiências locais, saberes ancestrais, práticas comunitárias e outras formas de viver e vida sustentáveis e solidárias. (KOTHARI, et al. 2022). Na base disso, entende-se que a ideia principal dos autores é desconstruir o imaginário do desenvolvimento como a única forma possível e fortalecer visões plurais e justas para um futuro melhor. Além disso, o texto oferece uma ferramenta valiosa para quem deseja repensar o mundo a partir de perspectivas decoloniais, ecológicas e comunitárias.

Para Radomski (2011, p. 154), afirma que o pós-desenvolvimento “difícilmente poderia ser considerado um programa unitário e homogêneo de pensamento”. Ou seja, “como movimento intelectual, o que aproxima autores é a crítica (variada) do modelo de desenvolvimento planejado que efetivou transformações sociais radicais desde meados do século XX.” Além disso, afirma que o “Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da

sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais”. (Radomski, 2011, p. 154).

Desta forma, um dos seus objetivos principais “é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva” (Rist, 2008, p. 13). A ideia do autor faz para perceber que essa definição é relevante para mostrar que o desenvolvimento funciona ancorado no mito do progresso e na concepção linear de história para o pensamento ocidental; isso se constitui como a “crença numa série de práticas que formam uma unidade apesar das contradições entre elas” (Radomski, 2011).

Nesse sentido, faz-se necessário perceber que o caminho principal para alcançar um mundo justo e equilibrado não está apenas em seguir o modelo tradicional de desenvolvimento, mas sim em respeitar e fortalecer a diversidade cultural dos modos de vida já existentes no mundo — criando alternativas enraizadas na realidade de cada povo, sem excluir ninguém e sem depender de um padrão único e globalizado.

Por fim, autores como Kothari e Escobar reforçam a ideia de desconstruir a visão mais universal de desenvolvimento. Portanto, o propósito principal dos autores era criar caminhos enraizados na realidade dos povos, e não impor um padrão do modelo único. Assim, o Pós-desenvolvimento busca garantir futuros mais plurais, dignos e equilibrados para todos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que o conceito de desenvolvimento passou por profundas transformações históricas, indo além de uma perspectiva puramente econômica para abarcar dimensões sociais e ambientais. A revisão das abordagens teóricas evidencia a necessidade de uma visão multidimensional, que considere tanto os indicadores econômicos quanto os impactos na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente.

Nesse contexto, fica claro que crescimento econômico e desenvolvimento não são sinônimos. A verdadeira transformação exige mudanças estruturais profundas, autonomia política e econômica, justiça social e responsabilidade ambiental. Assim, das abordagens clássicas do desenvolvimento econômico às críticas estruturalistas, das teorias do subdesenvolvimento à proposta de desenvolvimento sustentável, o presente trabalho buscou oferecer uma análise crítica e interdisciplinar sobre o tema.

Como destacam autores como Walter Rodney, Celso Furtado e Amartya Sen, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo qualitativo voltado ao bem-

estar social, à redução das desigualdades, à ampliação das liberdades e à sustentabilidade. Desse modo, não se trata apenas de elevar o PIB, mas de garantir uma vida digna para todos.

Além disso, percebi que o desenvolvimento social destaca a importância de uma educação de qualidade, da expansão do ensino técnico-profissional alinhado ao mercado de trabalho e de políticas públicas de proteção social robustas. Tais políticas devem promover a inclusão das populações mais vulneráveis especialmente mulheres e comunidades rurais por meio de programas de transferência de renda e do fortalecimento dos sistemas de saúde pública. Afinal, o desenvolvimento social está diretamente relacionado à educação, às competências, à proteção social e à cobertura dos cuidados de saúde.

Portanto, para compreender o conceito de desenvolvimento em sua totalidade requer romper com modelos eurocêntricos e economicistas, valorizando as experiências locais, os saberes tradicionais e os direitos humanos. Promover um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável é um dos maiores desafios contemporâneos, exigindo esforços coordenados entre o Estado, a sociedade civil e a comunidade internacional.

Em síntese, refletir criticamente sobre o conceito de desenvolvimento continua sendo essencial para a construção de sociedades mais justas, equitativas e conscientes de seus papéis. É fundamental repensar políticas e estratégias que garantam um desenvolvimento inclusivo e sustentável, capaz de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer o futuro.

O artigo analisa o conceito de desenvolvimento, destacando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre sua construção e as diferentes leituras que dele se fazem. Trata-se de um conceito amplamente utilizado em diversos campos de estudo, como a economia, a sociologia, a política e os estudos ambientais. No entanto, sua definição não é homogênea, variando conforme os contextos históricos, teóricos e ideológicos em que é empregado.

A partir do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento era frequentemente entendido como sinônimo de crescimento econômico, estando diretamente associado à industrialização. Nesse contexto, faz para perceber que o aumento da produção de bens e serviços era visto como motor da economia e gerador de empregos.

9.REFERÊNCIAS

A “questão regional” e a “**questão nordestina**”. In: Celso Furtado e o Brasil. 1ª ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: [Chrom extension://efaidnbmnnnibpcajpcglefindmkaj/https://marxists.architexturez.net/portugues/oliveira-chico/2000/mes/40.pdf](http://marxists.architexturez.net/portugues/oliveira-chico/2000/mes/40.pdf). Acesso em: 5 março. 2025.

AFRICAN UNION COMMISSION. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018 Crescimento, emprego e desigualdades**. OECD Publishing, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CANO, W. Celso Furtado e a **questão regional no Brasil**. In: Celso Furtado e o Brasil. 1ª ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CANO, W. Celso Furtado: **a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil**. Artigo. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/cano2.pdf>. Acesso em: 10 março. 2025.

CHILCOTE, Ronald H. **Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 1983.

DA SILVA, João Oliveira Correia. Amartya Sen “**Desenvolvimento como Liberdade**”. 2010.

DE OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**, 2006.

DIALLO, Alfa Oumar. **UNIÃO AFRICANA: BOA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO**. 2019.

DE FREITAS, Gabriella Rocha; DA CRUZ, Mailane Junkes Raizer; RADOMSKY, Guilherme FW. Pós-desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. **Introdução às teorias do desenvolvimento (DERAD101)**, 2016.

ESCOBAR, Arturo. Encontrando caminhos pluriversais. In: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (orgs.). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 25-33.

ELKINGTON, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. *Revista Terceiro Setor & Gestão de Anais-UNG-Ser*, 2008.

FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Sinal, 1968.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e sociedade, 1992.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KOTHARI, Ashish et al. **Pluriverso: Um dicionário do pós-desenvolvimento**. Editora Elefante, 2022.

ONU. *Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_o_Developolvimento. Acesso em: 10 março. 2025.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, p. 149-162, 2011.

RIBEIRO, Carine Pereira et al. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: influência no debate sobre a questão regional brasileira**. 2010. Disponível: chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123744/Economia292769.pdf?sequence=. Acesso em: 20 março.

RIST, Gilbert. **A história do desenvolvimento: das origens ocidentais à fé global**. 3. ed. Londres: Zed Books, 2008.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estudos avançados, 2012. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>. Acesso em: 17 abril. 2025

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Boitempo Editorial, 2022.

ROSTOW, W. W. **As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

SANTOS, Marina Santos Pereira. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. 2024.

SEM, **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018. disponível: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=ohlFDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=SEN,+Amartya.+Desenvolvimento+como+liberdade>. Acesso em: 5 de março.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. **Do desenvolvimento como crescimento econômico ao desenvolvimento como liberdade: a evolução de um conceito. Desenvolvimento em questão.** 2018.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável.** Tradução. Valor Econômico, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2015/07/205_-_Desenv_Sust_-_28jul15.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.